

LEI N.º 6.751 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui o Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas no Município de Natal (PMLLLB), cria o Conselho Municipal do Livro e da Leitura (CMLL), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Plano Municipal do Livro, da Leitura e da Literatura e das Bibliotecas no Município de Natal, o (PMLLLB), com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no Decreto Presidencial nº 7.559/2011; Lei Federal das Bibliotecas Escolares nº 12.244/2010; Lei nº 9.105, de 09/06/2008, instituidora da Política Estadual do Livro no Rio Grande do Norte – Lei Henrique Castriciano; Lei da Política Municipal do Livro de Natal, nº 6.299/2011; Lei Municipal de Promoção da Leitura Literária nas Escolas de Natal, nº 6.094/2010, instituída à luz da Lei Estadual nº 9.169/2009, com o fim de assegurar à população por meio de ações conjuntas e continuadas, o acesso ao livro e à leitura.

Art. 2º - O PMLL tem os seguintes princípios norteadores:

I - A leitura e a escrita são práticas socioculturais que expressam as várias visões de mundo existentes, permitindo o exercício de direitos fundamentais, a partir do respeito à diversidade dos diferentes grupos e indivíduos.

II - A concepção de leitura vai muito além dos códigos da escrita e da capacidade de decifrar caracteres. Constitui-se em processo complexo de compreensão dos sentidos, sujeito às variáveis de ordem social, psicológica, fisiológica e linguística, dentre outras.

III - A importância reafirmada da palavra escrita não exclui a validade de outros códigos, linguagens, tradições orais e textualidades, inclusive aqueles que surgem a partir de novas tecnologias digitais.

IV - A biblioteca deve funcionar como centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição de diversos bens artístico-culturais.

V - A literatura atende às necessidades de ficção e fantasia das pessoas, afetando o consciente e o inconsciente dos leitores, de maneira complexa, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos.

VI - Políticas e ações do Plano devem considerar seus impactos sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como, a desejável formação de neo leitores, novos ingressantes no mundo da leitura.

Parágrafo único. Entende-se por neo leitor, o jovem, adulto ou idoso que está iniciando sua caminhada de leitura.

VII - É fundamental garantir que pessoas com necessidades especiais tenham acesso a livros e a outros materiais de leitura.

VIII - O Plano deve ter como ponto de partida, as ações já existentes nas esferas municipal, estadual e nacional, integrando-se aos diversos setores da administração, a fim de incluir a leitura nas diretrizes das políticas públicas.

IX - As políticas locais devem apoiar a cadeia produtiva do livro, a criação literária e o desenvolvimento dos autores, além de estimular sua produção e distribuição nos mercados local, regional e nacional, primando pela adequação de quantidades e preços às demandas e capacidade aquisitiva da população.

X - O Plano necessita de mecanismos contínuos de monitoramento, verificação e avaliação, permitindo ajustes, atualizações em seus processos, visando atingimento de objetivos e metas determinadas.

Art. 3º - O PMLL tem como objetivos específicos:

I - Promover iniciativas que permitam a criação, estruturação, gestão e manutenção do Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB);

II - Implantar pólos regionais do Sistema, estruturados com biblioteca de referência, equipe qualificada, recursos materiais e tecnológicos adequados;

III - Integrar bibliotecas escolares, comunitárias, temáticas e privadas aos seus respectivos pólos regionais, sempre em consonância com os interesses das comunidades;

IV - Cumprir obrigações definidas pela Lei 12.244, 24.05.2010, referentes a bibliotecas escolares;

V - Facilitar, orientar e garantir acesso público às bibliotecas componentes do Sistema;

VI - Alocar equipes, especialmente profissionais bibliotecários efetivos, necessárias ao funcionamento das bibliotecas;

VII - Consolidar integração sistêmica e logística de acervos da rede de bibliotecas físicas ou digitais, atendendo às demandas das comunidades beneficiárias;

VIII - Garantir acessibilidade arquitetônica nos espaços das bibliotecas, bem como, assegurar suportes adaptados para pessoas com necessidades especiais;

IX - Assegurar a qualidade e a diversidade dos acervos, bem como, a aproximação do livro com outras linguagens (cinema, teatro, artes plásticas, etc.);

X - Facilitar a integração de plataformas locais de livros eletrônicos, acessíveis via equipamentos móveis de telefonia;

XI - Promover condições favoráveis de acesso ao livro, enquanto mídia literária;

XII - Estabelecer parcerias com outras esferas de governo, permitindo ainda que instituições não governamentais possam contribuir para a manutenção e ampliação do Sistema Municipal de Bibliotecas.

XIII - Garantir formação continuada aos profissionais que atuam como mediadores de leitura, considerando as especificidades do público-alvo e das suas comunidades;

XIV - Apoiar projetos de mediadores de leitura;

XV - Incentivar a prática social da leitura, através de clubes de leitores e outras iniciativas da espécie;

XVI - Promover e premiar a produção de resenhas, críticas e estudos sobre a Literatura Potiguar (clássica e contemporânea);

XVII - Criar o sistema de catalogação do “Natal Quer Ler Mais”, com informações nas áreas de biblioteca, bibliografia e mercado editorial, proporcionando livre acesso, através da rede mundial de computadores;

XVIII - Normatizar a catalogação do “Natal Quer Ler Mais” e torná-la requisito obrigatório aos escritores e aos editores locais que pretendam comercializar seus produtos literários com o Governo Municipal, o que servirá como parâmetro para levantamentos estatísticos e pesquisas em geral na área;

XIX - Estimular a visita e a participação de diferentes públicos em bibliotecas e outros espaços de leitura;

XX - Fomentar a interação sinérgica de leitores;

XXI - Garantir que as bibliotecas escolares promovam eventos relacionados ao livro no ambiente escolar, especialmente festivais voltados para a mediação da leitura.

XXII - Realizar circuito de feiras do livro, contemplando todas as regiões administrativas da cidade;

XXIII - Apoiar eventos literários, nos espaços públicos da cidade;

XXIV - Realizar concursos e premiações direcionados a leitores e a escritores jovens;

XXV - Realizar campanhas e desenvolver ações sistemáticas de incentivo à leitura, vinculadas à marca “Natal Quer Ler Mais”;

XXVI - Elevar o indicador geral de leitura, na cidade.

XXVII - Fomentar ações de produção, distribuição, circulação de livros e outros materiais de leitura, contemplando as especificidades dos neoleitores jovens e adultos e os diversos formatos acessíveis;

Parágrafo único. Entende-se por neo leitor, o jovem, adulto ou idoso que está iniciando sua caminhada de leitura.

XXVIII - Apoiar a produção de livros de baixíssimo custo, em formato de bolso;

XXIX - Aperfeiçoar sistemáticas de incentivo a Projetos Culturais voltados para o Livro e a Leitura, possibilitando a universalização dos seus benefícios;

XXX - Apoiar o autofinanciamento da produção literária;

XXXI - Instituir mecanismos de incentivo à comercialização de produtos literários, em redes locais de distribuição;

XXXII - Criar o Fundo Municipal do Livro e da Leitura, e permitir que seja fonte financiadora de ações editoriais e de projetos literários.

Art. 4º - A implementação e gestão do PMLLLB será feita pela Secretaria Municipal da Cultura (SMC), em regime de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Governo e demais órgãos do município de Natal que demonstrem interesse na implementação do Plano.

Parágrafo único - A implementação dos programas, dos projetos e das ações instituídas no âmbito do PMLL poderá ser realizada com a participação de instituições públicas ou privadas, mediante a celebração de instrumentos previstos em lei.

Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal do Livro e da Leitura (CMLL), com atuação de forma colegiada, sob a presidência do representante da SMC.

Parágrafo único - A participação no CMLL será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º - O CMLL será composto pelos seguintes membros e respectivos suplentes:

I - 05(cinco) representantes indicados pelo Prefeito;

II - 05(cinco) representantes eleitos pela sociedade civil.

Parágrafo único - Os membros de que trata o caput deste artigo serão designados pelo período de dois anos, permitida sua recondução por igual período, por meio de ato da SMC, após indicação pelos titulares dos respectivos órgãos e eleição dos demais representantes.

Art. 7º - O CMLL terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, tendo por finalidades e competências:

I – Propor e fiscalizar ações e políticas públicas de desenvolvimento do livro e da leitura, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;

II – Promover e incentivar estudos, eventos, atividades permanentes e pesquisas na área do livro e da leitura;

III – Contribuir na definição da política cultural na área do livro e da leitura a ser implementada na Administração Pública Municipal, ouvida a população organizada;

IV – Propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor do livro e da leitura;

V – Colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados da área do livro e da leitura;

VI – Dar pareceres aos projetos destinados a instituir ações ou políticas públicas de promoção do livro e da leitura promovidas pela Prefeitura Municipal

VII – Acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações voltadas ao livro e à leitura;

VIII – Estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento das atividades promotoras do livro e da leitura;

IX – Instituir e manter o cadastro de entidades voltadas ao livro e à leitura no Município, bem como, a catalogação de obras e autores; e

X – Elaborar e aprovar seu regimento.

Art. 8º - O Município do Natal assegurará os recursos e investimentos destinados aos programas, projetos, ações e outras iniciativas previstas no PMLLLB.

Parágrafo único - Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, serão criadas rubricas orçamentárias específicas.

Art. 9º - Constituirão recursos do Fundo Municipal do Livro e da Leitura:

- I** - dotações orçamentárias a ele destinadas;
- II** - créditos adicionais suplementares a ele destinados;
- III** - doações de pessoas físicas e jurídicas;
- IV** - doações de entidades nacionais e internacionais;
- V** - recursos oriundos de acordos, contratos, consórcios e convênios;
- VI** - outras receitas eventuais.

Art. 10 - Fica designada, como órgão executor desta Lei, a Secretaria Municipal da Cultura, em regime de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Governo.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Felipe Camarão, em Natal/RN, 22 de dezembro de 2017.

CARLOS EDUARDO NUNES ALVES
Prefeito



Natal

quer ler mais

PMLLB

**Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das
Bibliotecas de Natal**

- 2016 -

SUMÁRIO GERAL DO PLANO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I

POR UMA SOCIEDADE LEITORA

CAPÍTULO II

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

CAPÍTULO III

PLANO DE AÇÕES

CAPÍTULO IV

GESTÃO DO PLANO

APRESENTAÇÃO DO PMLLLB NATAL

Texto institucional da Secretaria de Cultura e do Gabinete do Prefeito.

CAPÍTULO I

POR UMA SOCIEDADE LEITORA

“Uma democracia não é digna deste nome se não proporcionar a todos o acesso à leitura de literatura.” (Ana Maria Machado)

Na sociedade contemporânea, que tem dentre seus pilares a informação e o conhecimento, a linguagem escrita tornou-se indispensável para o estabelecimento dos contratos de convivência, produção de bens e serviços, construção de conhecimentos, representação do mundo; imprescindível, ainda, ao fortalecimento da identidade cultural, social e política dos sujeitos e dos grupos sociais. Sem o seu domínio, “não teremos como enfrentar os novos saberes, ofícios, tecnologias e desafios da sociedade de informação do século XXI” (PNLL, 2010, p. 166).

Assim, do impresso ao digital, a leitura se faz presente, necessária no cotidiano das pessoas, nas discussões sobre desenvolvimento social, econômico e na formação humana. Trata-se de uma prática social e de uma atividade mental complexa que possibilita ao leitor acessar conhecimentos, formular questões, imaginar, posicionar-se criticamente e, assim, entender melhor a si, ao outro e ao mundo.

As ações e políticas de promoção da leitura devem propiciar condições que possibilitem a formação de leitores plenos, “capazes de ler entrelinhas e de assumir uma posição própria frente à mantida, explícita ou implicitamente, pelos autores dos textos com os quais interagem” (Lerner). Pensar tal formação é refletir sobre as práticas de leitura que fazem parte do contexto sociocultural dos leitores, especialmente, a leitura de literatura. Expressão artística humana, a literatura não é a transcrição do real, mas a sua recriação de forma simbólica, ou seja, a sua representação. Por trabalhar com elementos simbólicos da linguagem, a literatura possibilita ao leitor transportar-se para outros espaços e outros tempos, identificar-se com personagens e situações. Ela exerce uma função socializadora e crítica, na medida em que, ao projetar-se no texto, o leitor vivencia papéis sociais diferentes, assimila valores e amplia a sua visão de mundo. Desse modo, a literatura contribui para a formação humana e cidadã.

Uma sociedade que se propõe democrática não pode prescindir de uma sólida e bem articulada política de leitura, capaz de assegurar universal acesso a esse bem cultural. Nas sociedades atuais, a leitura é imprescindível ao ingresso no mercado de trabalho e ao exercício da cidadania. Entretanto, é importante observar que, no Brasil, as pesquisas e as avaliações educacionais apontam para a precária formação de um público leitor. Revelam as imensas dificuldades das ações envolvidas na solução do problema (PNLL, 2010, p.38).

Por essa razão, as discussões sobre políticas públicas de promoção da leitura e formação de leitores, há muito tempo, vêm mobilizando vários setores públicos e privados da sociedade, em nosso país. No início da década de 1990, tivemos a criação e a expansão do PROLER em todo território nacional, e ainda, a criação do Pró-leitura pelo Ministério da Educação - MEC, a partir dos quais se passou a discutir, com mais ênfase, a necessidade de construção de uma política nacional de leitura.

Assim, desde o final do século passado, e continuando neste século, os Ministérios da Cultura (MINC) e da Educação vêm desenvolvendo debates e ações concretas, como a criação da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas - DLLLB; a implantação de bibliotecas públicas nos municípios; o incentivo a feiras de livros, encontros, fóruns, seminários e a outros eventos de promoção da leitura; o fortalecimento do Programa Nacional de Biblioteca da Escola — PNBE e a ampliação e a melhoria do acervo das bibliotecas de escolas públicas, em todo território nacional; o incentivo à formação de professores mediadores de leitura nas redes estaduais e municipais de ensino, entre outras. No plano legal, foi sancionada, em 2003, a Lei 10.753 que instituiu a Política Nacional do Livro; em 11 de agosto de 2006, foi publicada a Portaria nº 1.442 que instituiu o Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL.

As discussões possibilitaram, em 2006, a construção coletiva do PNLL, de caráter interministerial (MINC e MEC), compartilhada por setores organizados da sociedade, como universidades, escolas, organizações não-governamentais, escritores, livreiros e outros. Permitiram a criação do Movimento por um Brasil Literário e o lançamento do “Manifesto por um Brasil Literário”, de autoria do escritor Bartolomeu Campos de Queirós, marco simbólico do movimento pela construção de uma sociedade leitora. No âmbito do legislativo, destaque-se a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. Tudo isso gerou um clima propício ao intenso debate. Enquanto órgão precursor na luta por esta causa, coube ao Fórum do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do RN pautar a universalização dos direitos e a afirmação da cidadania, nas discussões, promovendo as bases dos planos municipais. Foram envolvidas, irreversivelmente, a sociedade e as instituições governamentais em torno da necessidade de uma política de estado para o desenvolvimento da leitura no país.

Este documento e seus anexos configuram o Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (PMLLLB) da cidade de Natal, devidamente concluído. Sua organização pressupõe todas as fases de um planejamento situacional. Alguns tópicos foram adaptados, de forma adequada às demandas locais, necessidades específicas e pontuais, respeitadas as características, habilidades, e potencialidades dos colaboradores envolvidos. As atividades desenvolvidas se basearam nas orientações do Guia para Elaboração e Implantação do PNLL, produzido pelo Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Plano Nacional do Livro e Leitura e Instituto Pró-Livro.

O presente texto introdutório apresenta históricos, definições, conceitos. Dentre os papéis de vários colaboradores, encontra-se destacada a participação dos condutores, entes institucionais ou representantes da comunidade, que lideraram processos participativos de construção do PMLLLB. O capítulo Diagnóstico Situacional, em seguida, aborda a realidade da cidade do Natal, considerando a necessidade de uma leitura ampla que a torne explicável, organizando informações, discorrendo sobre as perspectivas do seu futuro. No Plano de Ações, são relacionados princípios e objetivos. Iniciativas concretas são propostas, devidamente organizadas por eixos temáticos, consideradas fontes orçamentárias e aspectos temporais de execução. Por fim, o capítulo Gestão do Plano define a organização institucional, os instrumentos de controle social, os mecanismos de gerenciamento, bem como, a sua avaliação e a atualização sistemática. Em anexo, Relatório de Mobilização Social registra as atividades desenvolvidas por diversos atores, grupos, instituições, que culminaram na formalização do presente Plano.

Sistemáticas de construção colaborativa são essenciais à legitimidade dos planejamentos públicos. Governo e Sociedade devem interagir, na construção de soluções para problemas e demandas, em busca do bem comum. Embasado nestes princípios, o prefeito municipal, na qualidade de condutor do PMLLLB, deflagrou processos participativos. Através de Portaria da Funcarte, publicada no Diário Oficial, de 14/10/2013, foram abertas as inscrições aos órgãos, entidades e movimentos sociais interessados pelo tema. Por meio do Decreto Municipal 10.111, de 06/11/2013, foi nomeado Grupo de Trabalho (GT) específico, representativo de vários segmentos da sociedade organizada. Seus integrantes voluntários representaram os seguintes órgãos, entidades e movimentos: Instituto de Desenvolvimento da Educação (IDE); Frente Parlamentar de Defesa do Livro e da Leitura da Câmara Municipal de Natal (CMN); Fórum da Rede Potiguar de Escolas; Fundação Fé e Alegria do Brasil; União Brasileira de Escritores (UBE/RN); Fórum do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Rio Grande do Norte (FLEB/RN); Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (CMTC); Instituto Cultura e Áudio Visual Potiguar (ICAP); Secretaria Municipal de Educação (SME); Fundação Capitania das Artes (FUNCARTE); e da Biblioteca Pública Esmeraldo Siqueira.

Uma vez iniciado, o trabalho seguiu o modelo de estruturação do PNLL, em quatro eixos temáticos: democratização do acesso ao livro; formação de mediadores para o incentivo à leitura; valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; e desenvolvimento da economia do livro.

Princípios básicos serviram de âncoras para o desenvolvimento de todas as tarefas. Buscou-se legitimação, a partir do envolvimento de poderes municipais, da ênfase aos compromissos, responsabilidades, do amplo caráter participativo. O Plano foi concebido para fazer parte do planejamento da política pública, relacionando a leitura e a literatura com outras áreas de desenvolvimento, em correspondência com os planejamentos produzidos nas diversas instâncias

federativas. Seu evento inaugural ocorreu na Câmara Municipal de Natal, por ocasião de reunião aberta da Frente Parlamentar em Defesa do Livro e da Leitura, datada de 28/03/2014.

Em todas as etapas, o Grupo de Trabalho desempenhou papel primordial. Coordenou atividades, em todas as regiões administrativas da cidade, para colher subsídios, dados situacionais, anseios, e sugestões viabilizadoras de uma cidade leitora. Realizou o seu Primeiro Encontro Ampliado, na Zona Oeste, em 10/05/2014, com apoio da Fundação Capitania das Artes e Fundação Fé e Alegria. Em seguida, foram organizados mais sete eventos participativos, conforme registros detalhados, em anexo, culminando com um Painel sobre as Leis de Incentivo à Cultura, promovido em 12/08/2015. Buscou informações, ainda, nas bases de dados disponíveis, realizou análises, diagnósticos, estabelecendo justificativas para o Plano. Conduziu, assim, a partir de um modelo sistematizado, sua elaboração e formalização. Por fim, respeitada a institucionalidade necessária, organizou os processos continuados de gestão, envolvendo avaliações e revisões periódicas.

Para elaboração do PMLLLB, alguns conceitos básicos precisavam ser perfeitamente determinados. A partir de pressupostos legais, entendimentos convencionais, discussões temáticas, afirmam-se as seguintes conceituações:

1. Biblioteca: coleção organizada de livros ou publicações, de documentos gráficos ou audiovisuais, disponibilizada para consulta e utilização prática;
2. Biblioteca Pública: atende, por meio do seu acervo e de seus serviços, aos diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita;
3. Biblioteca Pública Temática: caracteriza-se pela especialização em uma determinada área/assunto. Configura-se de maneira a representar a área/assunto que enfoca, especialmente;
4. Biblioteca Comunitária: espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro. Criado e mantido pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado;
5. Ponto de Leitura: promove acesso ao livro, em comunidades, fábricas, hospitais, presídios e instituições em geral;
6. Biblioteca Escolar e Universitária: Atende aos interesses de leitura e informação da sua comunidade, em consonância com o projeto pedagógico da instituição a qual está vinculada;
7. Biblioteca Especializada/Setorial: voltada a um campo específico do conhecimento. Vincula-se a uma instituição pública, ou privada;
8. Leitura: prática social articulada com as demais práticas que ocorrem na sociedade, capaz de promover a interação do homem com a sua realidade e a sua história, transformando suas condições objetivas;
9. Livro: publicação não periódica, identificável quanto à responsabilidade editorial, produzida ou comercializada de maneira unitária ou parcelada, podendo seu conteúdo ser fixado em qualquer formato ou veículo de múltiplas bases materiais ou digitais; equiparam-se ao livro todos os itens elencados no Artigo 7º da Lei 9.105, de 09 de junho de 2008 - Lei Henrique Castriciano;
10. Livreiro: pessoa jurídica que, mantendo estoque permanente, dedica-se à venda de livros no varejo, por qualquer meio, através de estabelecimento mercantil;
11. Bibliotecário: profissional que trata a informação e a torna acessível ao usuário final, independente do suporte informacional;
12. Autor: pessoa física criadora de livros;
13. Editor: pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;
14. Distribuidor: pessoa jurídica que opera no ramo de compra e venda de livros por atacado;
15. Mediadores de Leitura: facilitadores, profissionais ou agentes, aí incluídos os professores, capacitados a aproximar o leitor do texto, instigando e desenvolvendo práticas sociais da leitura.

Mais do que um mero glossário de termos, tais conceituações representam eleição, atribuição especial de valor. Estas definições, consideradas fundamentais ao objeto, vão orientar a leitura do PMLLLB.

Este Plano resultou do esforço conjunto da sociedade e do governo, em prol de uma cidade leitora. Foram encontros, reuniões, fóruns, pesquisas, estudos e consultas a diversos segmentos da comunidade. Objetivos, metas, estratégias e ações foram estabelecidos, de maneira sistematizada, com vistas a atender às necessidades de seus munícipes, no que se refere aos aspectos que envolvem o campo do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas. Este universo idealizado precisava ser sintetizado e configurado, através de um único lema que o abarcasse. Tal lema deveria conter a essência do sonho de uma cidade, reverenciá-la e configurar os seus mais legítimos anseios no que tange às suas necessidades de leitura.

Por isso, tudo o que representa o PMLLLB foi traduzido numa única frase. Um pensamento. Entendimento primordial de que “Natal quer ler mais”. E sempre haverá de querer ler mais. Pois, uma cidade leitora pressupõe horizontes abertos e amplos, oportunidades de afirmação, construção de identidades, vale dizer, exercício pleno da verdadeira cidadania.

CAPÍTULO II

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Natal vem fortalecendo as discussões sobre a emergência de favorecer o acesso da população ao livro e à leitura, especialmente na última década, por meio de legislações específicas e do engajamento de vários atores sociais, ligados, direta ou indiretamente, às áreas de cultura e educação para a promoção de políticas públicas, as quais, efetivamente, promovam a prática social da leitura entre os seus munícipes.

Embora ainda haja muito para se debater e para se realizar, passos importantes têm sido dados rumo a um futuro diferente, que coloque a capital potiguar em uma condição de equidade com as capitais brasileiras consideradas mais evoluídas, perseguindo uma mudança de paradigma que atribui valor ao livro e à leitura.

O presente Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas (PMLLLB), construído ao longo do período de março de 2014 a outubro de 2015, por meio de diversas atividades, num modelo participativo, sinaliza possibilidades de alterações positivas no atual cenário do setor, na capital potiguar.

Também no diagnóstico, assim como ocorreu em todas as etapas de construção do PMLLLB, o Grupo de Trabalho (GT) baseou-se no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), quanto aos seus quatro eixos:

- Democratização do acesso;
- Fomento à leitura e à formação de mediadores;
- Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;
- Desenvolvimento da economia do livro.

Algumas das ações que possibilitaram visualizar com mais clareza a atual situação de Natal quanto à prática da leitura, foi a pesquisa inédita, realizada em 2014, sobre a relação dos natalenses com a leitura, encomendada junto ao Instituto Certus, pela Organização Não-governamental Instituto de Desenvolvimento da Educação (IDE), apoiada pelo Instituto C&A.

Ao ser instituído, o GT assumiu responsabilidades de construir, também, um diagnóstico capaz de jogar luzes sobre o plano de ações do PMLLLB. Deste modo, realizou dez encontros regionais pela cidade, para colher subsídios ao Plano, tanto dados da realidade quanto sugestões para a construção de uma cidade de leitores.

A comunicação teve papel relevante nesse processo, uma vez que se deu, também por meio da internet, a condição participativa da população junto ao Plano, o que possibilitou reunir mais informações para serem analisadas e quantificadas.

Nos seis itens que se seguem, serão apresentados os dados mais relevantes que direcionam e justificam as escolhas presentes no plano de ações: dados relacionados aos estudos da legislação e de manifestos, aqueles colhidos por meio da pesquisa e pelas atividades do próprio GT.

1. Marco Legal

Algumas legislações suscitam a emergência do presente PMLLLB, inclusive para torná-las vivas. A saber:

- Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, instituído por uma portaria interministerial do ano de 2006 e mais tarde pelo Decreto Presidencial nº 7.559/ 2011;
- Lei Federal das Bibliotecas Escolares nº 12.244/2010;
- Lei nº 9.105, de 09/06/2008, instituidora da Política Estadual do Livro no Rio Grande do Norte – Lei Henrique Castriciano;
- Lei da Política Municipal do Livro de Natal, nº 6299/ 2011;
- Lei Municipal de Promoção da Leitura Literária nas Escolas de Natal, nº 6.094/2010, instituída à luz da Lei Estadual 9.169/09.

Observando as datas em que foram sancionadas ou promulgadas, verifica-se que são leis recentes, o que leva a inferir que o caminho para a cultura de leitores, não somente no estado do Rio Grande do Norte e em sua capital, mas no Brasil, está apenas começando. Mesmo assim, possuir legislações que amparam o tema, nos três âmbitos (municipal, estadual e federal), constitui avanço significativo, uma vez que formaliza e normatiza a indicação desse caminho rumo à internalização da importância da prática social da leitura nas pessoas, especialmente desde a infância.

Por meio das garantias conferidas por tais ferramentas instituídas pelos poderes Legislativo e Executivo, cada um nos seus campos de prerrogativas e responsabilidades, a leitura passa a ter uma dimensão de Política de Estado, direcionando, “de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios – em particular os da Cultura e da Educação –, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e, em especial, todos os setores interessados no tema” (PNLL).

A “Lei da Leitura Literária” – nº 6.094/2010 – dispõe sobre a criação das políticas municipal de promoção da leitura literária nas escolas públicas de Natal e merece ser destacada por ter sido elaborada a partir de uma audiência pública, realizada em 19 de novembro de 2008, com a participação de diversos segmentos da sociedade. Da Assembleia Legislativa do RN, a lei passou a inspirar a Câmara Municipal de Natal e nasceu a matéria para o município.

A legislação passou a ser um importante instrumento para garantir o acesso à leitura e muito do previsto em seus artigos saiu do papel. Entre as realizações decorrentes da lei, por exemplo, foi formada a Rede Potiguar de Escolas Leitoras, com o intuito de construir territórios de leitores, integrando as unidades de ensino, de maneira a otimizar as ações de formação e atender a estudantes, educadores e familiares das áreas abrangidas.

Além de nortear ações, as leis relacionadas à leitura também pautaram discussões, como a “Lei das Bibliotecas”, que foi tema de um painel em reunião do Fórum da Rede Potiguar de Escolas Leitoras e da Frente Parlamentar em Defesa do Livro e da Leitura de Natal, em abril de 2014, o qual abordou “planos e práticas para implementar a Lei Federal 12.244/10 nas escolas”. A lei determina que todas as instituições de ensino do país, públicas e privadas, mantenham uma biblioteca escolar e contem com o trabalho especializado do bibliotecário, o que ainda está longe de se tornar realidade. Daí, portanto, a necessidade de provocar os atores sociais a olharem com mais atenção para a causa e a criarem estratégias e ações para que as legislações sejam efetivamente cumpridas.

Esta mesma necessidade se repete também com a Lei da Política Municipal do Livro de Natal e com a Lei Municipal de Promoção da Leitura Literária nas Escolas de Natal. Apesar de claras e completas, os objetivos de “formar uma sociedade leitora” e prover os espaços de leitura das escolas

com acervos de qualidade, que sejam sempre ampliados e atualizados, carecem de constante controle social. Da mesma forma é necessário que se atente sempre para a formação iniciada e continuada de educadores que haverão de se responsabilizar pela mediação literária junto às escolas.

O presente Plano, portanto, se propõe a contemplar o que está previsto em lei, no âmbito das ações, tornando-se uma ponte entre a teoria e a prática.

2. A Relação do Natalense com a Leitura

Para se chegar à caracterização do perfil dos leitores de Natal associado às suas relações com a leitura, dois importantes instrumentos foram utilizados: a pesquisa inédita, acima mencionada, e os dados obtidos a partir das ações do GT. Os mesmos ajudaram a compor o presente diagnóstico, oportunizando uma melhor visualização de situações específicas e definição de alguns públicos prioritários. Certamente, voltar-se-ão para estes destinatários as primeiras ações estimuladoras da leitura, no município.

2.1. Leitores em Números - Pesquisa Inédita

Para a pesquisa, foram entrevistadas 805 pessoas, a partir de 14 anos de idade, em 34 bairros das quatro regiões da capital norte-rio-grandense, no período de 19 a 22 de junho de 2014. Quanto ao perfil dos entrevistados, 54% eram mulheres e 46%, homens, o que corresponde com a repartição por sexo da população-alvo da pesquisa, dado pelo Censo demográfico do IBGE de 2010. Quanto à faixa etária, a maior concentração foi nas idades adultas, de 25 a 49 anos, englobando 52% do total dos entrevistados. Observou-se um caimento nas faixas extremas de jovens (14 a 17 anos) e idosos (acima de 60 anos), característica demográfica típica da população de Natal. Quanto à escolaridade, a maioria (43,35%) declarou ter ensino médio completo e incompleto, 26,21%, ensino fundamental e 25,09%, nível superior.

Em relação à renda familiar, no público pesquisado, 50,81% das famílias ganhavam abaixo de três salários mínimos, enquanto 9,93% ganhavam acima de 10 salários mínimos. Quanto à religião, predominou a religião católica com quase 60 %, seguindo à distância, as evangélicas com 25%. Outras opções quanto à religiosidade aparecem com percentuais bem inferiores. Vale destacar o erro amostral de 3% para mais ou para menos, e um coeficiente de confiança de 95%.

Os entrevistados responderam a perguntas que revelam as preferências do público leitor, suas práticas de leitura, assim como suas principais dificuldades no acesso à leitura. Além disso, o levantamento investigou a forma de relação desse público com as novas tecnologias para o acesso ao livro, identificou preferências e modalidades de leitura, como jornais e revistas, e também colheu a opinião dos natalenses sobre ações e iniciativas público-privadas que apresentam potencial para estimular a leitura.

De acordo com o levantamento, 61,12% afirmam não praticar a leitura. Outros dados de relevância, especialmente, para a orientação de políticas públicas que privilegiem a leitura, são que menos de 8% dos jovens, entre 14 e 19 anos, afirmam-se leitores e que os homens são os que menos leem: 35,69%. O levantamento sinaliza a necessidade de se analisar os públicos que ainda não se declaram leitores, criando ações para estimulá-los à prática da leitura. Ressalte-se que o menor contingente de população leitora de Natal se encontra na região Oeste, onde apenas 27,14% praticam a leitura.

Os números merecem ser observados e analisados. Especialmente, destaque-se o percentual de 55,15% dos entrevistados que não conseguem ler sequer um livro por ano. Entre os que leem, 29,92% do público pesquisado afirma ler entre sete ou mais livros por ano – uma quantidade pequena, apesar de superar a média anual de livros lidos no Brasil, que é de pouco mais de um livro, segundo a última edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo IBOPE Inteligência e encomendada pelo Instituto Pró-Livro (IPL). Complementando tais informações, 45,72% dos entrevistados – na pesquisa de Natal – compram de um a três livros por ano e 27,14%, de quatro a seis, enquanto 66,60% da população não compraram nenhum livro no último ano.

A forma como se dá o acesso às publicações pode sinalizar essa dificuldade: 32,05% compram nas livrarias, 17,02% emprestam de amigos, 11,43% leem os exemplares na internet e 10,19% recorrem às bibliotecas. Atrelados a esses dados, os percentuais a seguir também levam a crer que ter um livro em mãos, em Natal, não é tarefa das mais simples, por limitações financeiras ou de acesso: 14,63% dos entrevistados acham que é preciso mais bibliotecas na cidade, 12,50% consideram que os livros deveriam ser mais baratos e 11% acreditam que o ideal seria a distribuição gratuita de livros. Neste sentido, a pesquisa comunica que há um latente interesse pela leitura ainda não transformado em prática efetiva. Dificuldades de acesso (muitas vezes, provocadas por questões socioeconômicas) impedem a realização de aspirações leitoras da população.

Com relação à frequência, a qual interfere diretamente na caracterização de alguém como leitor, 21,24% leem de vez em quando e 15,40% dos pesquisados, todos os dias. Além disso, 17,98% ocupam o tempo livre lendo ou estudando. Mais uma vez, é possível inferir que o natalense deseja ler e tem potencial para se tornar leitor. Isso corrobora o dado de que 10,25% acham que uma campanha de publicidade com maior divulgação do livro e da leitura na TV, em jornais, em emissoras de rádio, na internet, em murais e através de outros meios poderia constituir uma boa estratégia.

O papel da comunicação social estaria, portanto, diretamente ligado ao movimento de ampliação do valor simbólico atribuído à prática da leitura. Os seguintes números demonstram que os meios eletrônicos podem ser uma via importante para se conduzir à leitura: 13,25% dos entrevistados ocupam o tempo livre na internet e nas redes sociais e 20,40% assistindo à televisão.

O levantamento revelou ainda que significado os natalenses atribuem à leitura: 28,63% enxergam a leitura como a “base do conhecimento” e 28,21% como “forma de aprender”. Ler, segundo esses dados, está muito mais relacionado à aquisição de conhecimento, aos aspectos racionais e cognitivos (ao “saber”), do que ao aspecto emocional (“sentir”, “experenciarmos”): 20,24% enxergam a leitura “como forma de prazer”. Quanto aos gêneros preferidos dos entrevistados, 19,16% optam por romances, 15,74% por livros religiosos e 11,63% de aventura. A leitura como atividade prazerosa, associada ao lazer e ao entretenimento, ainda não estaria internalizada no público pesquisado, apesar dos estilos literários escolhidos.

2.2. Informações Obtidas pelo Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho realizou encontros pela cidade para se discutir a temática da leitura, estimulando a mobilização social. O PMLLLB foi, portanto, elaborado juntamente com a população de Natal, conferindo-lhe caráter participativo importante. Através do blog <http://pml-natal.blogspot.com.br> foi possível ampliar a participação. Outra ferramenta utilizada foi o recurso da “Consulta Pública”, a partir do texto base, disponibilizado no blog oficial da Fundação Capitania das Artes.

Em cada zona do município, a população, os agentes e alguns atores da cena educacional, cultural e literária foram ouvidos, de forma sistematizada. Aliadas às consultas, foram construídas propostas a partir da análise crítica e específica de cada lugar, de cada realidade local. Assim, as consultas presenciais, marcadas em dias, horários e locais pré-determinados, também discutiram e aditaram o plano a partir da interação das pessoas interessadas nos encontros, nas oficinas, nos debates, nas audiências públicas e nas reuniões da Frente Parlamentar do Livro e da Leitura. Ao todo, foram dez eventos promovidos, durante o período de março de 2014 a outubro de 2015.

Segundo as informações coletadas nas promoções do GT, Natal vem perdendo, pouco a pouco, sua rede distribuidora de produtos literários. Restam, basicamente, livrarias especializadas em didáticos e em literatura religiosa (católica, evangélica, espírita). No segmento literário amplo, destacam-se a Cooperativa do Campus da UFRN, uma livraria em movimentada avenida, além de três livrarias localizadas em shoppings da cidade. Os livreiros independentes, inclusive a rede local Potylivros, deixaram o mercado, provocando lamentáveis lacunas. Contudo, levantamento feito em 2015, dá notícia da existência de cerca de quatorze sebos, com acervos de livros variados, que chegam a totalizar por volta de 160 mil títulos, o que traz um pouco de alento e sinaliza um segmento alternativo que pode contribuir para o acesso aos livros e à leitura.

Quanto ao mercado editorial, ainda se trata de uma realidade em expansão na perspectiva de uma comunidade leitora. Em média, são produzidos dois livros, por dia, pelas editoras e gráficas especializadas. Há variedade de gêneros, passando pelo romance, novela, conto, poesia, ensaios e pesquisa. Também há novos autores, interessados em produzirem e fazer suas obras chegarem ao público leitor. Os editores com mais de 30 publicações em 2015 foram: Offset Editora, CJA Edições, Editora Jovens Escribas, Sarau das Letras. Além dessas, podemos destacar a EDUFRN, Editora Tribo, Sebo Vermelho, Selo Cultural Azimuth, Sol Negro, que realizam trabalhos segmentados.

3. Eventos e Projetos na Área da Leitura

Em relação a eventos sistemáticos de promoção da leitura e a projetos existentes, é possível inferir que, na última década, a frequência e a quantidade de acontecimentos têm aumentado. Cita-se, por exemplo, o “Festival Literário de Natal (FLIN)”, realizado no mês de novembro, no bairro da Ribeira. O projeto promove abordagens que transitam por todos os gêneros da literatura, envolvendo ícones nacionais e potiguares. Há também a “Feira de Livros e Quadrinhos de Natal (FLiQ)”, que ocorre em outubro, com a proposta de incentivar a leitura e o acesso aos livros. A FLiQ aglutina a literatura e os quadrinhos como instrumentos de formação cultural.

Outro evento é o “Seminário Potiguar Prazer em Ler”, de periodicidade anual, nona edição no ano de 2015, promovido por organizações governamentais e não-governamentais, o qual reúne escritores, educadores, alunos para discutir a promoção da leitura literária. O Seminário conta com a participação da Rede Potiguar de Escolas Leitoras, dentro da proposta de formação dos educadores mediadores de leitura, além de grandes nomes da literatura local, nacional e internacional.

Pode-se citar, ainda, o projeto “Ação Leitura”, evento anual idealizado por editora local e um coletivo de autores. É realizado durante uma semana inteira, em vários locais da cidade, promovendo a leitura junto a estudantes. Alcança, em cada etapa, cerca de quatro a cinco mil jovens leitores com a mensagem “ler pode ser muito divertido”.

Outro projeto de envergadura é o “Caravana de Escritores Potiguares”, que conta com a participação de um grupo de autores que visitam escolas da capital e também do interior. Promove palestras e diálogos dos autores com os estudantes, além de fazer doações de livros às bibliotecas escolares. É realizado durante o ano inteiro. Inicialmente o projeto foi subsidiado pelos próprios autores e, a partir de 2015, conta com patrocínio.

Registre-se, também, o projeto itinerante “Casa das Palavras”, que atua tanto na capital quanto em cidades do interior do estado, levando arte, cultura e literatura a jovens em idade escolar, a adultos e também a idosos. Dentre várias ações, destaca-se a doação de minibibliotecas, com acervo variado, às cidades que visita. As minibibliotecas têm o objetivo de tornar real e democrático o acesso das pessoas aos livros. O projeto é patrocinado através da Lei Câmara Cascudo, no âmbito estadual.

Outro evento literário que vem ocorrendo com regularidade em Natal é o projeto “Quinta Literária”, realizado semanalmente ao longo do ano inteiro por uma livraria da cidade, que promove o encontro de autores com seu público, divulgando a importância da leitura literária a pessoas de faixa etária variada. Conta com o apoio de editoras, além da União Brasileira de Escritores – UBE/RN, entidade que também promove a edição de obras através do seu selo editorial “Nave da Palavra” e realiza um encontro anual de escritores potiguares e o prêmio de literatura Eulfcio Farias de Lacerda, dedicado ao gênero prosa.

Destaquem-se, ainda, as ações editoriais da Sociedade dos Poetas Vivos e Afins do Rio Grande do Norte – SPVA/RN, que edita antologias literárias regularmente. Além disso, promove encontros lítero-musicais semanais e um sarau poético mensal, durante o ano todo, que divulga autores locais, nacionais e internacionais para um público de todas as faixas etárias. Promove também saraus itinerantes pela cidade, em praças e dentro de ônibus e desenvolve projetos literários junto a escolas, inclusive com a doação de livros.

Vale ressaltar também a existência do projeto “Sarau Lítero-musical do CRO-RN”. Tal projeto vem funcionando regularmente há mais de nove anos, duas vezes por mês, congregando autores, leitores e público diversificado na divulgação de obras literárias de natureza local, nacional e universal.

De não menos importância são as ações do projeto “Maratona Potiguar de Contações de Histórias”. Realizado anualmente, é considerado um dos maiores eventos dessa natureza no país, pois têm a duração ininterrupta de 52 horas de atividades, envolvendo um grande número de artistas, músicos, escritores, poetas e contadores de histórias.

Vale salientar, ainda, o projeto “Autores Potiguares na Escola”, que vem sendo desenvolvido desde 2013 com o objetivo de divulgar os autores potiguares junto a escolas públicas. Até 2015 o projeto já havia beneficiado cerca de 50 escolas através da doação de três mil livros aproximadamente.

Pode-se citar o projeto “Bibliotecas Comunitárias da Fundação Fé e Alegria”, o qual atua junto às comunidades dos bairros de Felipe Camarão e Boa Esperança, com um acervo aproximado de três mil livros, além de dar destaque a autores potiguares.

Cumprir lembrar também o “Seminário de Educação e Leitura – SEL”, evento realizado bianualmente em Natal, que teve a sua sétima edição em 2013, que tem como objetivo estabelecer um fórum nacional de discussão entre diferentes pesquisadores sobre investigações na interface “educação e leitura”. Durante o evento, além de palestras, comunicações de pesquisas sobre o tema, são realizados lançamentos de livros e ministradas oficinas literárias, dentre outras atividades relacionadas à educação e à leitura.

Finalmente, o PMLLLB não poderia deixar de registrar um evento que acontece regularmente em Natal: o “Encontro de Leitura do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER”, que em 2015 teve a sua 19ª edição. Os encontros do PROLER, no âmbito estadual, visam à ampliação e à elaboração de ações que promovam a leitura, e o aprimoramento da qualidade dos serviços das bibliotecas escolares, através de apresentações culturais, palestras, lançamento de livros e oficinas de leitura. Além disso, nesses eventos são feitas as entregas de recursos para aquisição, pelas escolas estaduais, - inclusive as que se localizam em Natal - de livros de literatura e paradidáticos em feiras literárias, como a FLiQ e a FLIN, realizadas anualmente na capital do estado.

Todos esses eventos e projetos têm grande repercussão para o incentivo à leitura literária e à valorização do livro e são considerados como ações que precisam ser acolhidas e apoiadas pelo PMLLLB, podendo servir de exemplo para outras iniciativas que sirvam para fazer de Natal uma cidade de leitores.

4. Bibliotecas em Natal

O Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) ainda não foi criado, nem organizado pelo poder público. Entretanto, o Sistema Estadual de Bibliotecas já existe, com experiências importantes de interligação virtual e integração dos acervos.

Existem espaços diversificados para a leitura, como bibliotecas temáticas, comunitárias, especializadas, setoriais e escolares, porém, ainda muito incipientes perto da quantidade de pessoas e da necessidade da formação de leitores.

Seguem-se algumas informações sobre esses espaços de leitura:

4.1. Bibliotecas Públicas

Em Natal, existem apenas três bibliotecas que podem atender aos requisitos desta classificação. A Biblioteca Pública Estadual Câmara Cascudo – gestora do Sistema Estadual –, situada à Rua Potengi, no bairro de Petrópolis, é a mais importante. Todavia, permanece fechada, há quase quatro anos, submetida a uma reforma predial. Seu acervo conta com aproximadamente 100.000 mil títulos, entre livros, revistas, jornais, dentre outros.

A Biblioteca Municipal Esmeraldo Siqueira, por sua vez, possui acervo de 10.000 livros, 1.000 vídeos, 5.000 gibis, 4.000 discos, 1.000 revistas, 300 fotografias, jornais diários, catálogos e obras de artes. É mantida pela Prefeitura de Natal, instalada nas dependências da Capitania das Artes.

Pode-se, ainda, citar o Centro Cultural e Biblioteca Escolar Professor Américo de Oliveira Costa, conhecida como a “Biblioteca do Santarém”, espaço público cultural de lazer, localizado na Zona Norte de Natal. Tem capacidade de atender 1.500 pessoas por dia. Ligada à Secretaria Estadual de Educação, a instituição é aberta à comunidade, possui acervo de 46.532 volumes, entre livros, periódicos e quadrinhos da sua gibiteca.

4.2. Biblioteca Pública Temática

Dentro dessa categoria, pode-se citar a Biblioteca Luiz Emygdio de Mello Filho, no Parque das Dunas de Natal, como raro exemplo. Destina-se prioritariamente a estudantes de nível médio, com obras especializadas, livros de referência, dissertação e teses para o estudo de biologia, mata atlântica, ecologia, botânica, desenvolvimento sustentável, direito ambiental, conservação, gerenciamento costeiro, matas, florestas e piscicultura.

4.3. Bibliotecas Escolares e Universitárias

Parte das instituições de ensino públicas e privadas possui biblioteca. Mas, há carência de acervo e interligação efetiva. Dentre as universitárias, podem ser destacadas: a Zila Mamede, vinculada à UFRN; a Sebastião Fernandes do IFRN - Campus Central; e a Biblioteca Crisan Siminéa, localizada no Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy. Além destas pode-se citar também a Biblioteca do UNI-RN, que conta atualmente com cerca de 90.000 títulos diversificados, e o Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB, da Universidade Potiguar – UnP.

4.4. Bibliotecas Especializadas/Setoriais

Há 15 bibliotecas setoriais na UFRN. Dentre as especializadas, pode-se enumerar: a Biblioteca da Escola de Governo, especializada em Gestão Organizacional, contando com mais de 1.900 títulos diversos; a Biblioteca da Polícia Civil do Rio Grande do Norte, unidade científico-pedagógica, voltada para formação dos Policiais Civis; a Biblioteca Deputado Márcio Marinho, vinculada à ALRN, especializada em Ciências Sociais, acervo de 4.200 exemplares; Biblioteca do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços da Saúde Dr. Manoel da Costa Souza – CEFOPE; Biblioteca da Consultoria Geral do Estado, com acervo de 1.685 títulos, todos ligados à área jurídica; a Biblioteca da Administração Pública; a Biblioteca Desembargador José Gomes da Costa, da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN; a Biblioteca Desembargador Aécio Sampaio Marinho, especializada na área jurídica, vinculada ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte; e, finalmente, a Biblioteca Delmita Batista Zimmermann do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

4.5. Bibliotecas Comunitárias e Pontos de Leitura

Nessa categoria, enquadra-se a Biblioteca Comunitária do Movimento Fé e Alegria, que atua junto às comunidades de Felipe Camarão e Boa Esperança, através dos Centros de Desenvolvimento Comunitários - CEDEC. Pode-se citar, ainda, o ponto de leitura Café 1911, situado na Casa da Ribeira, com acervo de 2.000 livros, e o Centro de Cultura Vila de Ponta Negra - CECOP, na Zona Sul da cidade.

5. Perspectivas

Como desafios que podem ser apontados à prática da leitura atualmente na capital potiguar, estão a crise orçamentária pública, a carência de equipamentos públicos urbanos de acesso à leitura, a necessidade de fortalecimento de políticas públicas integradas, compatíveis e contínuas, e a urgência de se consolidar na prática cotidiana o que está previsto em lei.

Há, entretanto, potencialidades a serem exploradas, como a capacidade produtiva literária de Natal; a disponibilidade de áreas e parques, situados em várias zonas da cidade, aptos ao desenvolvimento

de ações comunitárias incentivadoras da prática da leitura, como os que se seguem: o Parque das Dunas; o Espaço Cultural Francisco das Chagas Bezerra de Araújo (antiga área de lazer do Conjunto Panatis); o Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte; e a Cidade da Criança.

Além disso, cabe destacar a atuação de diversos movimentos espontâneos de professores, mediadores, contadores de histórias, brincantes, atores, escritores, que já realizam o trabalho de incentivo à leitura, divulgando e fortalecendo o valor simbólico do livro em escolas, universidades, livrarias e em instituições culturais.

Notadamente, é relevante a preexistência de dotação orçamentária específica, prevista no Plano Plurianual do Município (2014-2017), destinada à implantação de bibliotecas de referência, nas quatro regiões administrativas da capital do RN. Além disso, no momento ocorre o desenvolvimento simultâneo de planos municipais de cultura e de educação, de incentivo à leitura nas escolas e no município, com possibilidade de interação e concatenação de propostas, visando à sintonia de suas ações.

Conforme demonstraram os dados obtidos pela pesquisa e pelo GT, assim como informações veiculadas nos meios de comunicação de massa, há, não somente em Natal e no Rio Grande do Norte, mas no Brasil como um todo, uma cultura vigente de pouca leitura. A própria obrigatoriedade da alfabetização que data de meados de 1930 e, portanto, não tem nem 100 anos e a pouca prioridade dada pelo poder público à educação corroboram com esta realidade desafiadora, a qual requer uma mudança paradigmática. O atraso em relação a outros estados e países é um fato. Outro agravante é que a oralidade predomina sobre a cultura letrada, em que o livro tem destaque.

As formas de mediação ainda pouco atrativas também contribuem para que alterações, neste sentido, ocorram de forma ainda lenta, num ritmo que deixa muito a desejar.

Por outro lado, existe interesse pujante no público quando a leitura é apresentada de forma interessante, agregando significados positivos ao ato de ler, e quando os potenciais leitores sentem um movimento de incentivo à leitura por parte do poder público e dos meios de comunicação, assim como possibilidades concretas de acesso ao livro. Neste sentido é importante que exista um fazer sistemático que conduza à promoção da leitura, que o poder público destine mais recursos a essa área, que a sociedade seja levada a valorizar mais o livro e a leitura literária. E, sobretudo, que as bibliotecas venham a assumir um papel preponderante no cenário da cidade, caracterizando-se como pontos privilegiados e irradiadores de ações diversificadas que contribuam para o sucesso permanente do presente Plano.

Espera-se, dessa forma, que o PMLLLB possa servir como uma das ferramentas que ajudem a alavancar a leitura na cidade do Natal e dar a sua parcela de contribuição para que o Rio Grande do Norte se torne em um estado leitor.

CAPÍTULO III

PLANO DE AÇÕES

1. Princípios Norteadores

Os princípios norteadores do PMLLLB, que seguem as indicações do PNLL, são os seguintes:

- 1.1. A leitura e a escrita são práticas socioculturais que expressam as várias visões de mundo existentes, permitindo o exercício de direitos fundamentais, a partir do respeito à diversidade dos diferentes grupos e indivíduos;
- 1.2. A concepção de leitura vai muito além dos códigos da escrita e da capacidade de decifrar caracteres. Constitui-se em processo complexo de compreensão dos sentidos, sujeito às variáveis de ordem social, psicológica, fisiológica e linguística, dentre outras;

- 1.3. A importância reafirmada da palavra escrita não exclui a validade de outros códigos, linguagens, tradições orais e textualidades, inclusive aqueles que surgem a partir de novas tecnologias digitais;
- 1.4. A biblioteca deve funcionar como centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição de diversos bens artístico-culturais;
- 1.5. A literatura atende às necessidades de ficção e fantasia das pessoas, afetando o consciente e o inconsciente dos leitores, de maneira complexa, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos;
- 1.6. Políticas e ações do PLL devem considerar seus impactos sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como, a desejável formação de neoleitores, novos ingressantes no mundo da leitura;
- 1.7. É fundamental garantir que pessoas com necessidades especiais tenham acesso a livros e a outros materiais de leitura;
- 1.8. O Plano deve ter, como ponto de partida, as ações já existentes nas esferas municipal, estadual e federal, integrando-se aos diversos setores da administração, a fim de incluir a leitura nas diretrizes das políticas públicas;
- 1.9. As políticas locais devem apoiar a cadeia produtiva do livro, a criação literária e o desenvolvimento dos autores, além de estimular sua produção e distribuição nos mercados local, regional e nacional, primando pela adequação de quantidades e preços às demandas e à capacidade aquisitiva da população;
- 1.10. O Plano necessita de mecanismos contínuos de monitoramento, verificação e avaliação, permitindo ajustes, atualizações em seus processos, visando o alcance de objetivos e metas determinadas.

2. Objetivos, Metas e Ações

2.1. Objetivo Geral

O PMLLLB objetiva assegurar a toda a população do Município de Natal, por meio de ações conjuntas e continuadas, acesso ao livro e à leitura, bem como, sua fruição estética.

2.2. Eixo Temático I - Democratizar o acesso ao livro e à leitura, contemplando os requisitos de acessibilidade e universalidade, rede, logística, e disponibilidade.

2.2.1. Objetivos Específicos:

- I. Promover iniciativas que permitam: criação, estruturação, gestão e manutenção do Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB);
- II. Regionalizar o Sistema, estruturando-o no que concerne a recursos humanos, logísticos, materiais e tecnológicos adequados;
- III. Promover integração das redes de bibliotecas escolares, comunitárias, temáticas e privadas, sempre em consonância com os interesses das comunidades;
- IV. Cumprir obrigações definidas pela Lei 12.244, 24.05.2010, referentes a bibliotecas escolares;
- V. Garantir acesso público às bibliotecas componentes do Sistema;
- VI. Alocar equipes, especialmente profissionais bibliotecários efetivos, necessárias ao funcionamento das bibliotecas;

- VII. Consolidar integração sistêmica e logística de acervos da rede de bibliotecas físicas ou digitais, atendendo às demandas das comunidades beneficiárias;
- VIII. Garantir acessibilidade arquitetônica nos espaços das bibliotecas, bem como, assegurar suportes adaptados para pessoas com necessidades especiais;
- IX. Assegurar a qualidade e a diversidade dos acervos, bem como, a aproximação do livro com outras linguagens (cinema, teatro, artes plásticas, dentre outras);
- X. Facilitar a integração de plataformas locais de livros eletrônicos, acessíveis via equipamentos móveis de telefonia;
- XI. Promover condições favoráveis de acesso ao livro enquanto mídia literária;
- XII. Estabelecer parcerias com outras esferas de governo, permitindo ainda que instituições não governamentais possam contribuir para a manutenção e ampliação do Sistema Municipal de Bibliotecas.

META	AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	PERÍODO
1. Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, o Sistema Municipal de Bibliotecas – SMB;	<ul style="list-style-type: none"> • Dispor e organizar o SMB, por decreto, dotando-o de Conselho Municipal de Bibliotecas, comissões especializadas, coordenadoria própria, equipamentos integrados. 	Orçamento Municipal;	2018 – 2019
2. Implementar quatro polos regionais do SMB;	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar uma “Biblioteca de Referência” para cada polo; • Contemplar as bibliotecas de referência com estrutura, pessoal, equipamentos compatíveis e adequados às suas atividades; • Atentar para a contratação de bibliotecários, mediante concurso público, e alocação das equipes operacionais necessárias. 	Orçamento Municipal e convênios com a União;	2018 – 2022
3. Dotar a rede de ensino municipal com bibliotecas, nos moldes da Lei 12.244, 24.05.2010;	<ul style="list-style-type: none"> • A Secretaria Municipal de Educação deve avaliar o quadro atual, planejar, implantar e operacionalizar a sua rede de bibliotecas, integrando-a ao SMB; • Atentar para a contratação de bibliotecários, mediante concurso público, e alocação das equipes operacionais necessárias. 	Orçamento Municipal, convênios e parcerias;	2018 – 2022

<p>4. Garantir e facilitar o acesso, por meios de transporte público, às bibliotecas do SMB;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sinalizar todas as bibliotecas integrantes do Sistema; • Instituir mecanismos facilitadores e incentivadores do acesso às bibliotecas; • Criar roteiros, integrar o transporte urbano do município nas ações, inclusive com tarifas sociais específicas. 	<p>Orçamento Municipal, convênios e parcerias</p>	<p>Durante a vigência do Plano</p>
<p>5. Garantir efetividade ao funcionamento do SMB;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar, manter, controlar e compartilhar os acervos das bibliotecas-polo e integradas; • Organizar e divulgar as programações e os horários de atendimento das bibliotecas; • Integrar a biblioteca Esmeraldo Siqueira ao SMB; • Disponibilizar horários alternativos de atendimento, inclusive nas bibliotecas escolares abertas à comunidade. 	<p>Orçamento Municipal, convênios e parcerias</p>	<p>Durante a vigência do Plano</p>
<p>6. Dotar bibliotecas públicas de equipamentos que permitam acessibilidade a todos os cidadãos;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e implementar projeto arquitetônico que contemple acessibilidade para pessoas com necessidades especiais; • Adquirir acervo em braille, computadores, cadeiras entre outros equipamentos que atendam às especificidades de pessoas com necessidades especiais diversificadas. 	<p>Orçamento Municipal, convênios e parcerias</p>	<p>Durante a vigência do Plano</p>
<p>7. Facilitar a aquisição e a fruição do livro, promovendo especialmente a formação de neoleitores;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover editais específicos para a produção de livros destinados a neoleitores; • Promover editais específicos para produção, edição, e comercialização de livros de baixo custo. 	<p>Orçamento Municipal, convênios e parcerias</p>	<p>Durante a vigência do Plano</p>
<p>8. Prover suprimento às bibliotecas públicas, priorizando acervos que dialoguem com a cultura local;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parceria com editores e escritores potiguares para formação de acervos. • Desenvolver software, editar e 	<p>Orçamento Municipal, convênios e parcerias</p>	<p>Durante a vigência do Plano</p>

envolver, ainda, novas tecnologias e outras formas de arte.	<p>disponibilizar livros em suporte digital;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Integrar mídias alternativas, como as histórias em quadrinhos, aos acervos das bibliotecas. 		
---	--	--	--

2.3. Eixo Temático II - Fomentar os processos de multiplicação de leitores, qualificação de mediadores, e organização de práticas de leitura.

2.3.1. Objetivos Específicos

- I. Garantir formação continuada aos profissionais que atuam como mediadores de leitura, considerando as especificidades do público-alvo e das suas comunidades;
- II. Apoiar projetos de mediação de leitura;
- III. Incentivar a prática social da leitura, através de clubes de leitores e outras iniciativas da espécie;
- IV. Fortalecer as premissas do PMLLLB, sempre enfatizando o lema “Natal Quer Ler Mais”;
- V. Estimular a visita e a participação de diferentes públicos em bibliotecas e outros espaços de leitura;
- VI. Fomentar a interação sinérgica de leitores, bem como, integração com os autores e suas obras;
- VII. Garantir que as bibliotecas escolares promovam eventos relacionados ao livro no ambiente escolar, especialmente festivais voltados para a mediação da leitura.

META	AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	PERÍODO
1. Oferecer formação continuada aos mediadores de leitura habilitados.	<ul style="list-style-type: none"> ● Cadastrar e habilitar mediadores em programa contínuo de formação; ● Promover espaços de trocas metodológicas referentes à mediação de leitura em suas variadas matizes. 	<p>Orçamento Municipal</p> <p>Convênios</p> <p>Parcerias</p>	Durante a vigência do Plano
2. Incentivar a organização de leitores no âmbito de cada região administrativa.	<ul style="list-style-type: none"> ● Cadastrar, apoiar, fornecer acesso especial de clubes de leitores ao SMB; ● Incentivar ações alternativas de fomento às práticas sociais de leitura em estabelecimentos públicos ou privados; ● Ceder/emprestar acervos, 	<p>Orçamento Municipal</p> <p>Convênios</p> <p>Parcerias</p>	Durante a vigência do Plano

	para a realização de leituras públicas.		
3. Registrar e catalogar 80% da produção local literária, 100% das bibliotecas e pontos de leitura, 100% dos editores, em até 5 anos; estabelecer incentivos à participação e interação dos leitores usuários.	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir o cadastro informatizado do Programa “Natal Quer Ler Mais”; • Alimentar o cadastro com dados referentes a livros, autores, biografias e com sinopses de obras literárias diversificadas; • Abrir pelo menos um edital anual de premiação de resenhas e críticas literárias produzidas por estudantes de diversos níveis. 	Orçamento Municipal Convênios Parcerias	Durante a vigência do Plano
4. Vincular toda a aquisição de livros, realizada pelo setor público municipal a cadastro específico informatizado (catalogação do Programa “Natal Quer Ler Mais”);	<ul style="list-style-type: none"> • Manter um sistema próprio, via internet, destinado à catalogação e ao cadastramento de livros, autores e editores domiciliados em Natal; • Manter cadastro idêntico para obras de editores diversos, passíveis de aquisição pelo Município; • Promover a divulgação do sistema de cadastramento, e a concepção de eventuais benefícios aos escritores e aos editores locais. 	Orçamento Municipal Convênios Parcerias	Durante a vigência do Plano
5. Permitir que as bibliotecas sejam espaços vivos de interação e proporcionem troca de experiências artístico-culturais;	<ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar a programação das bibliotecas e seus projetos com os diversos segmentos culturais da comunidade. 	Orçamento Municipal Convênios Parcerias	Durante a vigência do Plano
6. Realizar festivais literários, como programa permanente relacionado ao livro, à leitura e à literatura, abrangendo todas as escolas municipais dotadas de biblioteca.	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar conteúdos pedagógicos e experiências de mediação em cada escola a ser visitada pelo programa; • Promover festivais literários em todas as escolas municipais, envolvendo mediadores, escritores, professores e alunos; • Envolver toda comunidade escolar nos eventos, especialmente as bibliotecas. 	Orçamento Municipal Convênios Parcerias	Durante a vigência do Plano

2.4. Eixo Temático III – Conscientizar as pessoas sobre o valor social da leitura, ênfase na importância simbólica do livro, e na fruição estética da produção literária.

2.4.1. Objetivos Específicos

- I. Promover acesso da população à leitura, mediante aquisição conveniente e subsidiada de livros, contemplando todas as regiões administrativas da cidade;
- II. Apoiar ações literárias nos espaços públicos da cidade;
- III. Incentivar leitores e aproximá-los dos autores;
- IV. Identificar programas e campanhas sistemáticas de incentivo à leitura, mediante vinculação da marca “Natal Quer Ler Mais”;
- V. Elevar o indicador geral de leitura na cidade.

META	AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	PERÍODO
1. Realizar, de forma itinerante, quatro feiras anuais de livros, sendo uma em cada região administrativa da cidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver sebos, livrarias, entre outros parceiros nessas feiras, privilegiando a venda de livros a baixo custo; • Destinar recursos públicos às escolas da rede municipal, para aquisição de livros nessas feiras, de acordo com as previsões orçamentárias; 	Orçamento Municipal Convênios Parcerias	Durante a vigência do Plano
2. Realizar mensalmente, no mínimo, um evento em espaço público da cidade coordenado por bibliotecas do SMB.	<ul style="list-style-type: none"> • Reunir leitores, escritores, mediadores de leitura, em espaços diversificados da cidade, para realização de saraus, permutas de livros, leituras coletivas. 	Orçamento Municipal Convênios Parcerias	Durante a vigência do Plano
3. Realizar, no mínimo, um edital anual de concurso literário para publicação de livros de jovens autores.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer regras, cronograma, premiações, envolvendo a rede de bibliotecas escolares municipais, na realização de concursos literários para publicação de livros de jovens autores. 	Orçamento Municipal Convênios Parcerias	Durante a vigência do Plano
4. Promover, sistematicamente, a marca “Natal Quer Ler Mais” nas diversas mídias disponíveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar o portal “Natal Quer Ler Mais” na internet; • Manter campanha sistemática de divulgação da marca, junto à população, ao mercado 	Orçamento Municipal Convênios Parcerias	Durante a vigência do Plano

	editorial, às redes de bibliotecas do SMB, através de meios diversificados.		
5. Aumentar o contingente de leitores em Natal, atingindo a marca de 50% da população com idade superior a 14 anos.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer mecanismos periódicos de pesquisa sobre hábitos de leitura; • Disponibilizar à população, gratuitamente, livros e publicações impressas, destinadas a neoleitores; • Criar incentivos à leitura em transportes coletivos e ambientes públicos; • Apoiar a edição de jornais murais, com textos literários e jornalísticos, afixando-os em pontos estratégicos da cidade. 	Orçamento Municipal Convênios Parcerias	Até o terceiro ano de vigência do Plano

2.5. Eixo Temático IV – Fomentar as cadeias criativa, produtora e distribuidora do livro, com ênfase na afirmação da cultura e da produção literária.

2.5.1. Objetivos Específicos

- I. Fomentar ações de produção, distribuição, circulação de livros e outros materiais de leitura, contemplando as especificidades dos neoleitores jovens e adultos e os diversos formatos acessíveis;
- II. Apoiar a produção de livros de baixo custo, em formato de bolso;
- III. Aperfeiçoar sistemáticas de incentivo a Projetos Culturais voltados para o Livro e a Leitura, possibilitando a universalização dos seus benefícios;
- IV. Incentivar a comercialização de produtos literários em redes locais de distribuição;
- V. Disponibilizar mecanismos eficientes de financiamento público a ações editoriais e a projetos literários.

META	AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	PERÍODO
1. Elevar, a cada ano de execução do Plano, a produção de livros e outros materiais de leitura em 10%, fortalecendo ainda as respectivas ações de distribuição e circulação.	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parâmetros de aferição da meta, com uso de dados cadastrais inseridos no Programa “Natal Quer Ler Mais”; • Promover ações diretas, e parcerias com o setor não governamental, para o incremento da distribuição e da circulação de livros. 	Orçamento Municipal Convênios Parcerias	Durante a vigência do Plano

<p>2. Apoiar a produção de livros de baixo custo, em formato de bolso, com o preço pré-estabelecido de, no máximo, 50% daquele praticado no mercado de livros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definir especificações e conceito de “livro de baixo custo”; • Promover editais e parcerias com o setor privado, para a publicação de livros de baixo custo, priorizando clássicos, além de editores e autores contemporâneos potiguarês; • Aferir a eficácia e efetividade da ação, especialmente em relação aos novos leitores. 	<p>Orçamento Municipal Convênios Parcerias</p>	<p>Durante a vigência do Plano</p>
<p>3. Promover ações de incentivo para que todas as bibliotecas públicas e escolares funcionem com acervos adequados e em quantidade compatível com o público-alvo de suas ações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a aquisição de acervos para as bibliotecas públicas, mediante editais específicos de livros potiguarês, considerada a exigibilidade de cadastro/catalogação no Programa “Natal Quer Ler Mais”. 	<p>Orçamento Municipal Convênios Parcerias</p>	<p>Durante a vigência do Plano</p>
<p>4. Incentivar e apoiar mecanismo de financiamento para projetos literários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber mecanismo da chancela institucional “Natal Quer Ler Mais”, que será outorgada a fundos privados específicos, destinados ao financiamento de projetos literários previamente certificados. 	<p>Orçamento Municipal, Convênios, Parcerias</p>	<p>Durante a vigência do Plano</p>
<p>5. Instituir e assegurar recursos financeiros para suprimento do Fundo Municipal do Livro e da Leitura - FMLL.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir os mecanismos de capitalização do Fundo Municipal do Livro e da Leitura; 	<p>Orçamento Municipal, Convênios, Parcerias</p>	<p>Durante a vigência do Plano</p>
<p>6. Aumentar em 50% a eficiência dos patrocínios a projetos literários, via renúncia fiscal, nos cinco primeiros anos de vigência do Plano.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definir critérios de eficiência dos patrocínios a projetos literários, via renúncia fiscal; • Avaliar anualmente o grau de eficiência dos patrocínios; • Estabelecer as graduações da meta para os cinco anos seguintes; 	<p>Orçamento Municipal, Convênios, Parcerias</p>	<p>Durante a vigência do Plano</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Criar, se necessário, novo programa de renúncia fiscal, destinado a Projetos do Livro e da Leitura, permitindo inclusive recolhimentos espontâneos e diretos ao FMLL; • Realizar estudos avaliativos anuais que permitam aferir a necessidade ou não de se flexibilizar os mecanismos de renúncia fiscal, através da permissão de utilização extraordinária de imposto recolhido por substituição tributária. 		
--	--	--	--

CAPÍTULO IV

GESTÃO DO PLANO

1. Institucionalidade

A organização institucional do Plano proporcionará segurança jurídica e embasamento legal para a execução contínua da Lei de Incentivo à Leitura, bem como, perenização da política em futuras administrações. A implementação e a gestão do PMLLLB serão de responsabilidade da Secretaria Municipal da Cultura, em regime de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação e com a Secretaria Municipal de Governo.

1.1. Secretaria Municipal de Cultura

Competirá à Secretaria Municipal de Cultura, por intermédio da Fundação Cultural Capitania das Artes – FUNCARTE, realizar a gestão institucional do Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas, buscando integração de todos os esforços governamentais, no sentido de atingir e realizar os objetivos definidos.

1.1.1. Conselho Municipal de Cultura – CMC e Plano Municipal de Cultura - PMC

O PMLLLB manterá diálogo constante com o CMC, bem como, interagirá com o PMC, adequando e ajustando suas ações às determinações e aos encaminhamentos definidos nessas instâncias.

1.1.2. Conselho Municipal do Livro e da Leitura - CMLL

Será constituído o Conselho Municipal do Livro e da Leitura, ligado à Secretaria Municipal de Cultura com suas atribuições e constituição disciplinadas pelos arts. 5º, 6º e 7º desta Lei.

O CMLL terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, consideradas as seguintes finalidades e competências:

I – Propor e fiscalizar ações e políticas públicas de desenvolvimento do livro e da leitura, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;

II – Promover e incentivar estudos, eventos, atividades permanentes e pesquisas na área do livro e da leitura;

III – Contribuir na definição da política cultural na área do livro e da leitura a ser implementada na Administração Pública Municipal, ouvida a população organizada;

IV – Propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor do livro e da leitura;

V – Colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados da área do livro e da leitura;

VI – Dar pareceres aos projetos destinados a instituir ações ou políticas públicas de promoção do livro e da leitura promovidas pela Prefeitura Municipal

VII – Acompanhar, avaliar e fiscalizar as ações voltadas ao livro e à leitura;

VIII – Estudar e sugerir medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento das atividades promotoras do livro e da leitura;

IX – Instituir e manter o cadastro de entidades voltadas ao livro e à leitura no Município, bem como, a catalogação de obras e autores; e

X – Elaborar e aprovar seu regimento.

1.2. Criação do Fundo Municipal do Livro e da Leitura

Será criado o Fundo Municipal do Livro e da Literatura, formado, em seu primeiro ano, com um valor indicativo de 10% (dez por cento) da dotação do Fundo Municipal de Cultura, sem prejuízo de outras sistemáticas de aporte, oportunamente instituídas.

Constituir-se-ão fontes supridoras, ainda, acordos com universidades, governos estadual e federal, fundos internacionais, entidades privadas, bem como, doações oriundas dos programas de renúncia fiscal.

A gestão do FMLL caberá à Secretaria Municipal de Cultura, consultado o CMLL, quanto ao direcionamento, aplicação e controle das aplicações.

2. Disseminação, Acompanhamento e Revisão do PMLLLB

2.1. Estratégias de Comunicação

Todos os atores sociais, em particular, e a sociedade como um todo, devem ser suficientemente informados a respeito do PMLLLB. Isso contribuirá para uma maior percepção sobre a importância da leitura no imaginário coletivo, bem como, maior acompanhamento, participação da sociedade na sua gestão.

O PMLLLB pressupõe um plano de comunicação, envolvido e inserido no orçamento municipal, que contemple as seguintes ações:

- Prestar informação sobre cada uma das fases do plano no que concerne ao cumprimento de objetivos e metas, tanto às instituições e às entidades diretamente envolvidas no processo, quanto a toda a população;
- Buscar inserção nos meios de comunicação dos parceiros do PMLLLB (tais como boletins, informativos, materiais promocionais) e nos meios de divulgação utilizados rotineiramente pela administração pública;

- Apoiar cada etapa e ação do PMLLLB, desenhando campanhas de esclarecimento sobre suas linhas gerais, dirigida à população e, ao mesmo tempo, realizar ações direcionadas a públicos específicos;
- Manter a imprensa local informada por meio de “releases” produzidos pela assessoria de imprensa da Prefeitura e/ou de parceiros;
- Criar uma rubrica específica para o PMLLLB dentro do orçamento de comunicação do município.

2.2. Avaliação

As avaliações do Plano Municipal do Livro, da Leitura, da Literatura e das Bibliotecas serão efetuadas, anualmente, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Cultura, envolvidos os demais órgãos municipais e o Conselho Municipal do Livro e da Leitura.

2.3. Adequação e Melhoria Contínua

A realimentação é etapa de magna importância no planejamento, enquanto processo contínuo. Ao Conselho Municipal do Livro e da Leitura caberá levantar, cotejar resultados, avaliar, sugerir alterações de metas, adequação de objetivos e ações, consideradas as novas realidades que se apresentem, influenciadas pela dinâmica de um ambiente mutável e dinâmico.

2.4. Sistematização das Revisões

São requisitos e procedimentos básicos de revisão do Plano:

- a) Publicidade e divulgação dos resultados, a cada etapa;
- b) Envolvimento da sociedade e de instituições interessadas na Literatura, Cultura e Educação;
- c) Realização de pesquisa de avaliação periódica do desempenho do plano, no tocante às suas metas quantitativas;
- d) Acompanhamento das condições e cenários balizadores do Plano;
- e) Avaliação de resultados e desempenho quanto aos objetivos e às metas;
- f) Definição e realimentação do processo de planejamento, com a homologação e validação das novas etapas;
- g) Formalização e validação de novo Planejamento Anual, e especificação de cenários, objetivos e metas revisadas de curto, médio e longo prazos.